

**A QUESTÃO DA HEGEMONIA NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICAS DOS
TRABALHADORES BRASILEIROS – BREVE ANÁLISE SOBRE OS PROJETOS
SOCIETÁRIOS EM DISPUTA**

Ana Livia Adriano
Professora da Escola de Serviço Social UFF
Doutoranda PPGSS/ UFRJ

RESUMO:

Esta comunicação é parte das reflexões construídas na tese de doutorado, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ, cuja pesquisa apresenta como eixo definidor a compreensão dos elementos hegemônicos que unificam a luta e a organização política da denominada esquerda, no Brasil, nas últimas três décadas e que, intencionalmente, apontam para a construção de projeto(s) societários contra-hegemônico. A delimitação temporal não prescinde a apreensão da trajetória de luta dos trabalhadores em outros períodos histórico-conjunturais, mas prioriza compreender tão somente o desvelo das determinações que os solicitam, produzem e sustentam, demarcando as particularidades da luta de classes na contemporaneidade e a necessidade histórica de afirmação do projeto socialista no horizonte da luta dos trabalhadores. Implica em entender que a ultrapassagem do “momento econômico corporativo ao ético-político” – a hegemonia – requer transformações nas relações político-práticas, a medida que, enquanto definidoras do processo produtivos e organizadoras de sociabilidade, as classes sociais requisitam à defesa de seus interesses e necessidades, uma referencialidade de princípios e valores éticos e morais, modos de vida, elementos culturais e ideológicos.

Palavras-Chaves: hegemonia- projetos societários- socialismo

ABSTRACT:

This communication is part of the reflections built in doctoral TEDE, the Program of Post Graduation in Social UFRJ Service, whose research appears as defining axis understanding of hegemonic elements that unify the struggle and political organization called the left in Brazil in the last three decades and intentionally point to the construction project (s) corporate counterhegemonic. Temporal delimitation does not obviate the seizure of workers' struggle trajectory in other historical-term periods, but gives priority to understand so only the solicitude of the determinations that request them, produce and sustain, marking the peculiarities of the class struggle in contemporary and historical necessity affirmation of the socialist project on the horizon of the workers' struggle. It involves understanding that the excess over the "corporate economic moment the ethical-political" - hegemony - requires changes in political and practical relations, as while defining the productive process and organizing of sociability, social classes ordering the defense of their interests and needs, referentiality of principles and ethical and moral values, ways of life, cultural and ideological elements.

KeyWords: hegemonia- projects societários- socialism

1. Apontamentos Iniciais

“Os ramos secos são indispensáveis para atear fogo ao tronco, não em si e por si. Só o tronco queimado, modifica o ambiente de frio para quente” (Gramsci, 2004, p. 94). A frase ora exposta não é de um geógrafo, especialista em ciências naturais ou do solo. Foi escrita pelo comunista italiano Antônio Gramsci, ao resistir as agruras do cárcere nazi-fascista, em um dos seus preciosos cadernos miscelâneos. A metáfora implícita nos ramos e no fogo, atribuída por Gramsci as lutas políticas e a crítica ao arditismo¹, pode ser arriscadamente traduzida pela necessidade de não abandonarmos, na análise e construção do real, a radicalidade própria à luta anticapitalista, ousando afirmar que os ramos que nos fazem, enquanto classe trabalhadora, movermos em um solo extremamente seco e fraturado, exigem a ruptura radical com os troncos que os produzem, isto é, com os antagonismos da sociedade burguesa, que nem de longe se apresentam com raízes impossíveis de extrair.

É nessa articulação entre a análise das determinações contemporâneas (os ramos secos) e a necessária construção de um bloco histórico, com uma “direção moral e intelectual” capaz de romper com a organicidade e brutalidade do capital (o fogo), que buscamos estudar a questão da hegemonia na organização política dos trabalhadores, na perspectiva de apreender quais projetos societários apresentam-se no horizonte, nas estratégias e táticas das luta anticapitalistas, na sociedade brasileira. Localizadamente, sob quais referências teóricas e ideopolíticas os sujeitos coletivos e organizações de esquerda (partidos e movimentos sociais) vem produzindo unidade na defesa de um projeto contra-hegemônico, alternativo aos padrões da acumulação predatória do capital e potencializador da crítica, negação e superação da sociabilidade burguesa, sob a defesa de valores e princípios emancipatórios.

Enquanto projeto coletivo um projeto de sociedade deve, necessariamente, apresentar “uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justifica-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretiza-la” (NETTO,

¹ Ao traçar a analogia da luta política com a guerra militar, Gramsci reconhece que “a luta política é enormemente mais complexa”, mas apresenta “três formas de guerra”: “de movimento, de posição e de guerra subterrânea”, sendo que esta poderia se configurar como um momento de transição entre as duas primeiras. O “arditismo” surge nesta tipificação utilizada por Gramsci e remetem-se as organizações privadas que durante o regime fascista utilizavam a violência extrema no combate às lutas da esquerda, na Itália. (Cf. Cadernos do Cárcere, Vol.3)

1999, p.2). Assim, assumindo formas e conteúdos coletivos e exigindo uma atmosfera minimamente democrática, os projetos societários² têm como principais artesãos as classes sociais: seus sujeitos, seus referenciais de sociabilidade, suas condições de vida, desejos, formas de apropriação e consciência do real.

Recorrendo a algumas determinações do processo de organicidade engredada pelas classes trabalhadoras – em seus avanços e recuos –, nas últimas três décadas do século XX, no cenário brasileiro, evocamos o significado do combate às práticas autoritárias e violentas das tramas coercitivas da autocracia burguesa e a defesa pela instauração da democracia e da referencialidade de marcos políticos e legais garantidores da cidadania³. Legando à história um *regime político de nítidas características fascistas* (Netto, 1998), em que os impasses e conflitos se intensificam polarizando politicamente a conjuntura brasileira, o regime instaurado em abril de 1964 reflete a construção de uma hegemonia baseada no autoritarismo, no centralismo político, na supressão de direitos e na *consolidação de uma contra revolução preventiva em escala planetária* (Idem).

A busca por uma “nova cultura” e a defesa de uma “nova ordem intelectual e moral” (Gramsci: 2001) coadunou, a partir dos anos 80, no cenário brasileiro, diferentes sujeitos coletivos e perspectivas ético-políticas protagonizada pelos movimentos sociais, o novo sindicalismo, o Partido dos Trabalhadores, a atuação progressista de uma parcela de agentes da Igreja Católica, as resistências artísticas e, ainda no âmbito da organização da cultura, os posicionamentos políticos das categorias profissionais, cujos agentes se configuravam também como sujeitos políticos de seu tempo. Conforme Fontes (2010), as lutas sociais nas décadas de 70 e 80 apresentam intensidade e riqueza – constituída por inúmeras organizações com bases diversificadas (empresarial, sindical, populares) – ao mesmo tempo em que sinaliza uma efetiva complexificação nos processos de direção e construção da hegemonia.

² “A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas”. (Netto, 1999, p. 3).

³ “Nas condições brasileiras de então, as requisições contra a exploração imperialista e latifundiária acrescida das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado; se, imediatamente, suas resultantes não checam a ordem capitalista, elas punham a possibilidade concreta das lutas sociais alçar-se a um patamar tal que, por força da nova dinâmica econômico-social e política desencadeada, um novo bloco de forças político-sociais poderia engendrar-se e soldar-se, assumindo e redimensionando o Estado na construção de uma *nova hegemonia* e na implantação de políticas democráticas e populares nos planos econômico e social” (NETTO: 1998, 23).

Assim, a “simultaneidade da emergência de múltiplas organizações populares (com enorme potencial democratizante e, em muitos casos, com perfil nitidamente anti capitalista) em luta contra a ditadura militar e das expressões de descontentamento empresarial contribuiria para uma extensão acrítica do termo ‘sociedade civil’”(pg227) e, por conseguinte, uma aparente fragmentação da luta de classe.

Intencionando destacar alguns matizes da atual forma de organização do capital – cujas determinações são responsáveis pela já destacada fragmentação da luta de classe – percebemos, na contemporaneidade, a defesa da violência, do terror e da barbárie apresenta-se como expressão máxima de um imperialismo que combina habilmente a força com a persuasão, em que o domínio faz-se sob o discurso de defesa da *democracia, dos direitos humanos, da igualdade, da participação social e autonomia da sociedade civil* (Mészáros,2004). A liberdade e o “valor supremo do indivíduo” são palavras de ordem de um processo de legitimação política e ideológica caucionado no autoritarismo, na violência e nas ações antidemocráticas. Assim, o neoliberalismo ou o processo de *neoliberalização* torna-se a força máxima do projeto hegemônico do capitalismo contemporâneo.

Os novos padrões de produção associado aos índices de desemprego, ao agravamento da questão social, a perda de direitos sociais e a tendência globalizante *do potencial destrutivo* do capital exige das classes trabalhadoras capacidade de respostas contra-hegemônica a fase potencialmente fatal do Imperialismo⁴ (MESZAROS: 2002,33). A necessidade de tais respostas evidencia-se quando compreendemos que o capital como *contradição viva* supõe em si um elemento de negação e que a hegemonia da classe dominante nunca é completa e os seus efeitos são sempre contraditórios – isto é, quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica, “mas ela deixa as classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de constituírem em força política autônoma” (Buci-Glucksmann: 1980 81).

Na particularidade da formação econômico-social do Brasil, as conseqüências mais predatórias da acumulação capitalista são percebidas no aumento vertiginoso da desigualdade

⁴ Seguindo o percurso analítico de Mészáros (2004) pode-se elencar três fases distintas do imperialismo no lastro na modernidade: 1º) marcado pela colonização de alguns países europeus; *moderno construtor de impérios*; 2º) de caráter “*redistributivista*”, chamado por Lênin de “*estágio supremo do capitalismo*” num período em que envolvia os antagonismos da formação de empresas em direção aos monopólios e uma classe que detinha antigas riquezas e formas de produção; e 3º) o Imperialismo global hegemônico, *em que os* “Estados Unidos são a força dominante”(p.72).

social, do desemprego, da complexificação das expressões da questão social, no recrudescimento da violência do Estado, o retorno às formas filantrópica e militarizadas de enfrentamento a pobreza, a criminalização das lutas sociais, a reatualização do pensamento conservador e uma considerável dificuldade de diálogo e ações unitárias entre os partidos e movimentos sociais de esquerda, com propostas anticapitalistas.

A dimensão *econômico-corporativa* (GRAMSCI) marcada pelo neoliberalismo expõe o imperativo de analisar o movimento real da sociedade sob o prisma de entender o presente como uma crítica e uma “superação” do passado, na medida em que evidencia a necessidade premente de se constituir uma resposta universal, uma alternativa baseada na *igualdade substantiva*, “cuja ausência total é o denominador comum e o núcleo vicioso de todo esse sistema” (MESZAROS:2003:21). Assim, torna-se imprescindível compreender qual o horizonte macroscópico que unifica as lutas e resistências das diversas organizações e forças políticas dos trabalhadores, de caráter anticapitalista, que materializam resistências no cenário contemporâneo brasileiro. Tais questões sintonizam-se com a compreensão de que o estabelecimento de uma nova justiça distributiva e comutativa e de uma liberdade que não fundamente a propriedade privada – mas humanize “os sentidos dos homens e crie uma sensibilidade humana correspondente a toda riqueza do ser social” (MARX: 2002:144) – é condição para a construção de um projeto contra-hegemônico, direcionado a emancipação humana.

2. Outra hegemonia é possível e absolutamente necessária!

Riobaldo – personagem de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas* – ao narrar sua experiência de jagunço, dizia que por vezes vivemos num tempo em que a vida parece muito *repagada*, por vezes não nos faz entender nada e apenas sentir uma transformação *pesavel*. Com essa analogia, as brumas da contemporaneidade parecem nos inserir sertão a dentro e a escuridão da noiteestreita cada vez mais as veredas, num *caminho de muita doideira e pouca razão*. Sair desse emaranhado sertanejo exige nos aproximar sucessivamente das particularidades que compõem os atalhos da vida social contemporânea, priorizando o percurso que possibilita conhecer os projetos hegemônicos em disputa na sociedade brasileira e, com atenção especial, compreender as veredas que as organizações dos trabalhadores que

defendem o socialismo como projeto societário vem construindo na trilha por uma outra sociabilidade.

Análises recentes acerca dos processos econômicos, políticos e sócio-culturais contemporâneos evidenciam um capitalismo globalizado em um contexto de crise, que se explica nos marcos da reestruturação produtiva – implementada por meio de uma regressão conservadora de cariz neoliberal- que leva conseqüentemente, à precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, a erosão das bases do sistema de proteção social, desmonte direitos sociais, civis e políticos, a violação dos direitos humanos, a retração das lutas sociais, a redefinição do Estado na produção e distribuição da riqueza social, a recusa a qualquer perspectiva revolucionária e, no âmbito teórico-metodológico, o refutamento das análises totalizante acerca dos sujeitos e dos processos sociais.

Diante de tais determinações, a indagação acerca das alternativas e formas de enfrentamento a esta realidade torna-se premente e, nesta, se insere a busca pelo entendimento do embate dos projetos hegemônicos, construído pelas classes sociais. A prioridade é compreender alguns aspectos das propostas alternativas ao capitalismo, bem como a inserção delas no âmbito das principais tendências e particularidades que os diversos movimentos de esquerda assumem mundialmente, adensando-se na sociedade brasileira. Considera-se como relevante entender que o adensamento das fissuras do sistema capitalista exige uma “alternativa radical” ao seu enfrentamento, na certeza de que se o século que se inicia for, de fato, dominado e intitulado de “mais um “século americano” não haverá no futuro outros séculos para a humanidade, muito menos um milênio “(Meszaros:2003,16).

Assim, a *auto extinção* do proletariado reivindica a existência de uma consciência de classe, à medida que esta surge como uma necessidade prática e que a consciência se apresenta como uma capacidade humana, um produto social e histórico, fruto das condições materiais da vida sensível, dos homens sensíveis. “Os homens tem história porque tem de *produzir* sua vida, e tem de fazê-lo de modo *determinado*: isto é dado por sua organização física, tanto quanto na sua consciência” (MARX: 2007,34).

Neste percurso, a alienação é uma condição e uma necessidade histórica do desenvolvimento universal das forças produtivas e do mercado mundial que caracterizam a sociedade burguesa, nesse mesmo movimento a transcendência da alienação coloca-se,

também, como uma necessidade prática e um imperativo histórico para a classe que vende sua força de trabalho. Para desenvolver esta tarefa, os trabalhadores terão que decifrar o enigma da esfinge do capital, terão que ter consciência política e teórica do seu papel revolucionário enquanto classe e, de forma decorrente, de sua potencialidade enquanto sujeito produtor de hegemonia, materializando, assim, a compreensão gramsciana de que a “hegemonia nasce da fábrica” (Gramsci, 2010:41), mas não se restringe a ela, se espalha na totalidade da vida social, nas formas de ser, existir e lutar das classes.

O caráter histórico da autoextinção do proletariado não atribui a ruptura com a organização econômica e cultural do capital uma ação mecânica, linear e homogênea; ao contrário, exige o diálogo contraditório deste com as forças produtivas e o estado social que o produz; exige a ruptura com a vida alienada e o destaque da natureza *heterogênea e multidimensional* desta classe. Assim, se a heterogeneidade é demarcada muito mais pela divisão social do trabalho do que por uma homogeneização da consciência, a natureza multidimensional das classes trabalhadoras está estreitamente vinculada a construção destas de uma consciência coletiva universal capaz de apreender as múltiplas determinações que as formam e provocam, inclusive, a sua fragmentação e concorrência. Condiciona-se, portanto, a capacidade organizativa de lutar por uma outra sociabilidade, com uma clara direção intelectual e moral perpassada pela defesa da emancipação, isto é, da hegemonia do proletariado.

As formas de ser e o significado revolucionário das classes trabalhadoras diante da organização contemporânea do capital constitui-se um solo de debates extremamente movediço, em que nos propomos pisar levemente. Recordando que o debate das classes não pode ser descolado da objetividade que as definem e de que a hegemonia localiza-se, privilegiadamente, no embate político-cultural das classes sociais, é interessante apontarmos algumas considerações acerca do papel da consciência de classe na construção dos embates hegemônicos, uma vez que é pela consciência que se desenha a ação política dos sujeitos e das classes. É mediante “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política)”, que se gesta de forma ulterior e progressiva a autoconsciência, “na qual teoria e prática finalmente se unificam” afirma Gramsci (2004,103). Neste sentido, as dimensões *em si* e *para si* na produção da consciência de classe, revelam-se como uma das condições para a formação de determinado bloco intelectual e moral.

A elaboração acerca da unidade política necessária a construção de uma hegemonia alternativa ao projeto do capital, exige assinalar que embora os processos que forjam a formação de um momento hegemônico sejam produzidos na estrutura – da organização econômica e das relações sociais de produção de cada tempo e sociedade –, a sua exposição e concretude dá-se de forma privilegiada no terreno da superestrutura, da base jurídica e política que organiza as relações sociais. Logo, a hegemonia não se restringe a um aspectos ou dimensão, mas da intersecção de ambos, da organização econômica e político-cultural, da luta de classes. Reiterar essa compreensão é condição premente para colocar a necessidade de afirmação do socialismo como um projeto societário universalizante e humanizador.

No transito destas questões às particularidades da formação social, política e econômica brasileira, faz-se imprescindível compreendê-la como fortemente marcada por traços autoritários e coloniais⁵, cuja modernização solicitou a manutenção de perversos ciclos de autoritarismo e atrasos nas relações sociais e na instauração da cultura política do país. Conforme Ianni (2004), três processos de grande envergadura histórica explicam as formas e contornos da formação histórica no Brasil: “o sentido da colonização, o peso do regime do trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado” (p.61).

Fortemente marcada pelo colonialismo e as exigências da empreitada modernizadora impostas pelo capital externo, a burguesia brasileira não introduz em seu ideário orientações de cidadania e de democracia, pensada sob a extensão de direitos sociais. O transito da ‘democracia oligarquica’ a democracia do grande capital, sem mediações históricas conseqüentes, produziu uma “democracia restrita” (Fernandes, 1975), em que o Estado torna-se, exclusivamente, um aparelho de hegemonia da classe dominante utilizando-se da violência, da cooptação de interesses e de um discurso moralista, harmonizador, reproduzidor da condição da condição subalterna dos sujeitos que convivem com as expressões mais aviltantes da barbárie.

Nas análises de Fernandes (1975), a história brasileira foi demarcada pela separação entre a sociedade civil e o Estado, num processo em que (...) a dominação burguesa⁶ não é só

⁵ “Esses processos influenciam-se reciprocamente, em diferentes modalidades, conforme a época, o lugar e a ocasião. (...) Cada presente, a partir da perspectiva deste ou daquele grupo, desta ou daquela classe, pode suscitar um modo de resgatar o passado – e imaginar o futuro” (Ianni:2004, 54).

⁶Características como a ausência de um projeto político nacional, fortalecimento externo das oligarquias regionais na organização política e a repressão às formas de participação popular estão determinadas pela forma

uma força sócio-econômica espontânea, mas, também, uma força política regulativa. “Ela polariza politicamente toda a rede de ação auto defensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, relativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de poder legítimo” (1975, p. 303).

Tais características somam-se com um rígido controle sob o processo organizativo dos trabalhadores do campo e da cidade e, conseqüentemente, a dificuldade destes se organizarem sob a lógica de contraposição política e revolucionária. Elucidam, assim, as particularidades e característica da questão social brasileira, isto é, os mecanismos de produção da luta de classe nesse país, sob as expressões de extremas desigualdades, mas, também, de uma rebeldia que se apresenta na contemporaneidade com fortes rompantes, porém fragmentada, criminalizada pela classe dominante e com dificuldades de unificar as suas lutas.

Compreendida como expressão direta do conflito capital/ trabalho, a questão social no Brasil possui no seu enfrentamento pelo Estado a assistência/repressão, cuja formula resulta na naturalização das desigualdades sociais e em uma criminalização da questão social. Conforme Ianni (2004:92), “aos poucos, a história da sociedade aparece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, cablocos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismo de significação estrutural”.

Expressando o componente da rebeldia, formam-se, no curso da história brasileira, formas de organizações políticas dos trabalhadores (sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais) que lutam de forma “aberta e surda pela cidadania”(Ianni, 2004), por meio de protestos, greves, etc. No entanto, deve-se ultrapassar a reivindicação por salários, melhores condições de trabalho e direitos sociais para uma plataforma macro, com novas perspectivas societárias. Apesar de termos em nossa formação social perversas formas de opressão, pode-se afirmar que o mesmo movimento de produção da desumanização e da

como o Estado brasileiro organizou-se sob forte influência de uma burguesia frágil, porém capaz de imprimir internamente uma força reguladora em relação aos interesses de outras classes sociais.

desigualdade vem provocando resistências e combate à exploração da força de trabalho, da riqueza e da vida dos homens.

As estratégias coercitivas o *imperialismo global hegemônico* impulsiona, no cenário brasileiro e latino americano, a construção resistências e lutas, cuja visibilidade histórica acentuaram-se profundamente nos últimos 30 anos, seja pela unidade no combate a regimes autoritários e ditatoriais ou pela timidez e refração que se produziu, diante das novas formas de acumulação, reprodução social, organização do trabalho e, conseqüentemente, de capacidade de luta e resistência dos trabalhadores. O horizonte da democracia aglutinou diversos sujeitos e organizações na luta pela restauração da democracia brasileira. A aparente assimetria das pautas de luta e reivindicação ocultou as divergências históricas que perpassam os grupos e organizações das classes trabalhadoras.

As lutas por marcos legais garantidores de direitos sociais – ineditismo da Constituição Federal de 1988 – a ampliação das universidades, o retorno dos exilados políticos e a formulação do denominado “novos movimentos sociais” contribuiu para a difusão da recusa da luta em torno do Estado, desconsiderando-a como momento necessário (Fontes, 2010). “Essa postura dificultava a compreensão da conexão entre as diferentes lutas populares; os setores populares deveriam enfrentar a repressão (política e cotidiana), percebiam e criticavam a seletividade social do serviço públicos, ainda agudizada sob a ditadura, igualados genericamente ao Estado. (...) Como se observa, a proximidade do Estado de Direito, identificado à democracia, vinha acompanhado pela difusão da suposição de que o capitalismo se tornava agora horizonte insuperável” (Fontes:2010,230).

A partir desse marco, no contexto da reorganização política da sociedade civil, em defesa da democratização e da ampliação dos direitos civis e sócio-políticos, o recurso ideológico do neoliberalismo coloca em xeque o horizonte de ultrapassagem do capitalismo na luta dos trabalhadores. As limitações que existiam no padrão anterior de resposta à questão social além de não serem resolvidas pela reestruturação neoliberal são, em muitos casos agravadas, senão vejamos: a má distribuição e baixa coberturados programas sociais; o caráter predominantemente contratualista (excluindo os não contribuintes); a estratificação dos benefícios da política social; a ausência de proteção econômica para o desempregado; enfim, um padrão financeiro perverso, insuficiente e regressivo, caracteriza o novo padrão neoliberal

de política sociaestatal pela primazia de programas assistenciais de caráter apenas suplementar, eemergencial.

O neoliberalismo, enquanto principal recurso político e ideológico da organização contemporânea do capital associado às elaborações da pós-modernidade esboça-se como ameaças a projetos societários emancipatórios. O *imperialismo global hegemônico*, que marca a contemporaneidade – decorrente do pós- segunda guerra mundial e da crise estrutural que esta trouxe para o mundo – busca o controle e domínio sobre o resto do mundo capitalista, à medida que os EUA assumem as heranças *da velha hegemonia imperial*⁷, investem econômica/política e militarmente no Terceiro Mundo, estabelecem Estados funcionais e receptivos ao desenvolvimento desmedido do capital e cria bases para elaborações teóricas fragmentadas, inconsistentes e acríticas.

No Brasil, os governos FHC, Lula⁸ e Dilma demarcam a lúcida escolha pelos fundamentos neoliberais. A retórica da democracia e dos direitos humanos ocultou as fissuras estruturais e a disputa de projetos societários recuou suas margens de possibilidades. As esperanças de melhores condições de vida para os trabalhadores, depositadas nos governos petistas, foram abandonadas pelo reformismo e a reatualização da política de consensos. Nos últimos 12 anos, “a questão da política parece ter perdido sua aspereza e se transformado na gestão e formulação de pactos sociais” (Dias, 2004:16). Vive-se, assim, em tempos adversos, em que se acirra o individualismo, a despolitização; os antagonismos e contradições sociais; o desmonte do aparelho Estatal; a *assistencialização* das políticas sociais; a mercantilização, massificação e precarização do ensino superior; a precarização das condições de trabalho, terceirização e perdas de direitos com as contra-reformas no âmbito do Estado; o

⁷ O termo Imperialismo é entendido sob a perspectiva de Lênin, o qual destaca no debate do imperialismo cinco traços fundamentais: “1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...]; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” (Lenin 2008, p. 90).

⁸ O ex-operário saiu vitorioso nas eleições de outubro de 2002, após três tentativas, em 1989/94/98. Seu governo foi eleito como um governo de coalizão, aliança ente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL), demonstrando ausência de uma perspectiva de esquerda/classista. Antes mesmo de sua ascensão ao poder, podemos observar a partir da “Carta ao Povo Brasileiro” uma nítida cooptação do PT, que outrora reivindicava-se como pólo de aglutinação da esquerda brasileira – referência para países da América Latina – para a perspectiva social democrata, e posterior, tanto o governo, quanto o partido, como adesista ao ideário/política neoliberal. Esse giro ao conservadorismo está trabalhado proficuamente em IASI, Mauro Luis. A metamorfose da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: expressão Popular – 2006.

desencorajamento da organização coletiva; a criminalização dos movimentos sociais e o refluxo das lutas sociais proporcionada pela financeirização do capital.

Nesta lógica, a dita “sociedade civil” e iniciativa privada são chamadas para desenvolver ações que não são concebidas como exclusivas do Estado. Seguindo o discurso oficial, percebe-se a materialização da proposta de transformar os serviços não-exclusivos de Estado, das políticas de saúde e assistência social – universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa, hospitais – em entidades não estatais denominadas de organizações sociais. Assim, os governos petistas perpetuam o continuísmo através das reformas estruturais do Estado – previdência, trabalhista e sindical –, da desmobilização dos trabalhadores, da redução dos gastos sociais e da relevância atribuída às políticas compensatórias e focalizadas, qualificadas de “*assistencialização dos direitos sociais*”.

Assim, quanto mais se recrudescer a hegemonia de uma classe, mais se apresenta a necessidade de elaborar estratégias de resistências e enfrentamento a esta. Portanto, se o *domínio* é a face da hegemonia burguesa, ele subsume um consenso – sob vieses coercitivos –, que retira as possibilidades criadoras da luta política. Tal determinação, coloca a hegemonia como tarefa das classes trabalhadoras e solicita deste o rigor teórico, a disciplina, a coerência ética e a consciência de classe *autotranscedente*. Exige fôlego para a luta contra a barbárie e qualquer tipo de reformismo, bem como potencial teórico e criativo para instaurar a *catarse*, o momento ético-político, a elaboração superior de uma consciência e estrutura. Reclama, portanto, que – segundo a exigência gramsciana – atraiamos nossa atenção violentamente sobre o presente.

Além de sujeitos e intencionalidades ideopolíticas, a hegemonia reclama formas e instrumentos de organização política que exerça funções de mediação entre a luta dos homens, em cada dia, e a totalidade social. Exige, portanto, que a hegemonia seja compreendida não como um adjetivo, uma qualificação da disputa destes ou daqueles grupos ou classes em determinados momentos históricos; mas, que se apresente como projeto, *de vir*, para a realização da tarefa histórica do proletariado, a revolução.

Neste contexto de revigoração das forças mais conservadoras legatárias a formação social do país, bem como de suas práticas autoritárias e divorciada da democracia – veja-se o cenário do golpe ou do impeachment –, a atualização das forças e matizes mais reformista e

conservadores coloca desafios a unidade dos trabalhadores. Acolher as experiências catastróficas dos governos petistas, depura-las na história e construir unidade na luta, salvaguardando as particularidades dos diversos partidos, coletivos e movimentos é *a sorte e a guerra* dos trabalhadores na contemporaneidade. No entanto, toda ação coletiva ou *movimento orgânico que protagoniza a crítica histórico-social* (GRAMSCI: 2010), não poderá abrir mão da perspectiva anticapitalista e da crítica radical a esta sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis Pedagógicos da Prática Profissional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni di Cárcere*. Roma: Instituto Gramsci, 1978.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 01, Introdução ao estudo da filosofia, A filosofia de Benetto Croce. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 02, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 03, Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 04, Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 05, O *Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro Luis. *A metamorfose da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: expressão Popular – 2006.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1971.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. “A construção do projeto ético- político profissional frente à crise contemporânea.” *In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 01. Brasília: Centro de Educação à Distância, Universidade de Brasília (CEAD – UNB); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 1999.

_____. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20. ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.